



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA

1. INTRODUÇÃO.

- a) **Órgão:** Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Porto Alegre
(*Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Porto Alegre*)
- b) **Jurisdição:** Porto Alegre
- c) **Data da correição:** 11.06.2013
- d) **Vice-Corregedora:** Des.^a Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo
- e) **Assessor da Vice-Corregedoria:** Paulo Ricardo Cipolatt
- f) **Servidores atuantes em atividades correccionais em Gabinete:** Douglas Fernando Thiesen, Chefe de Gabinete, e os Assistentes de Gabinete Ellen Vrobleski Bicca, Gustavo Venicio de Bittencourt Pavan, Luana Dobler Fellini e Marcelo Sikinowski Silveira.
- g) **Edital:** nº 044/2013
- h) **Período examinado:** 20.06.2012 a 11.06.2013
- i) **Portarias de greve:** 07/2012, de 15.08.2012, e 08/2012, de 04.09.2012
- j) **Juíza Diretora do Foro:** Maria Silvana Rotta Tedesco
- k) **Coordenadora:** Adriana Rizzolli

2. CORPO FUNCIONAL.

2.1. Servidores (Fonte – RH – em 04.06.2013):

a) Lotação Atual

COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
1. Adriana Rizzolli	Coordenador-CJ2	17.01.2011
2. Ana Lúcia Gomes Villanova	-	13.11.2012
3. Carla Tondin de Oliveira	-	06.04.2011
4. Rogério Ramos	Assistente-FC04	29.03.2011



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5. Silvania Souza de Camargo	Executante-FC01	29.03.2011
------------------------------	-----------------	------------

PROTOCOLO GERAL DO FORO DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
1. Adriano Santos Verardi	-	13.10.2009
2. Alexandre Luis Carpes Orcy	-	26.03.2012
3. Andre Ratkiewicz Taffarel	-	25.06.2010
4. Beatriz Sanders	-	24.09.2009
5. Cezar Xavier Souto	-	22.03.2012
6. Cristiane Scheinpflug	-	27.08.2010
7. Cristina Antunes Reichow	Assistente-FC03	21.11.2012
8. Deise Maria de Araújo Leiria	Executante-FC01	07.10.2011
9. Eulino Amestrete de Lima	Assistente-Chefe-FC04	16.06.2008
10. Fernanda de Quadros	-	07.10.2011
11. Henrique Sampaio Cavalcanti de Albuquerque Tabajara	-	15.06.2012
12. Inez Janete Silva Machado	-	06.05.2010
13. José Miguel Pappen	-	02.05.2012
14. Karina Hartmann Konig	-	22.09.2008
15. Karina Viola Matzenbacher	-	07.10.2011
16. Lucas Bergmann	-	15.01.1998
17. Márcio Antonio Hornos Steffens	-	01.06.2011
18. Paulo Roberto Costa da Rosa	-	06.08.2012
19. Paulo Roberto Zanin Fae	-	21.10.2011
20. Rodrigo Benati Barbosa	-	19.10.2009
21. Sérgio Ricardo Rodrigues	-	14.04.2008
22. Valdir Roman	-	04.07.2011



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

SEÇÃO DE APOIO DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Alexandre Bernardes Cardoso	Assistente-Chefe de Seção-FC04	29.03.2011

SETOR DE CERTIDÕES DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Carlos David Sanseverino Couto	Assistente-Chefe de Setor-FC04	29.03.2011

SEÇÃO DE CADASTRAMENTO DE INICIAIS DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
1. Adriana Ofélia Souto Guterres de Oliveira	-	25.02.2013
2. Décio Damasceno Ferreira	Assistente-Chefe de Seção - FC04	08.10.1999
3. Flávia da Silveira Guimarães	Assistente-FC03	23.10.2007
4. Gérson Luiz de Almeida Vieira	-	30.04.2010
5. Maria da Graça Pereira da Silveira	-	02.08.2010
6. Milton Vitorio Piva Pereira	-	04.08.2009
7. Paulo Luiz Cheche	Assistente-FC02	23.06.2008
8. Rogério Cardoso Chaves	-	05.11.2007
9. Traude Nunes Augustin	-	28.05.2012

SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Maria Denise Dala Rosa	Assistente-Chefe de Setor-FC04	29.04.2009



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

b) Movimentação de servidores no período examinado (saída):

PROTOCOLO GERAL DO FORO DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	LOTAÇÃO	DATA DA SAÍDA
Adriana Ofélia Souto Guterres de Oliveira	29.10.2010	24.02.2013
Amaury Pieczkoski Regis de Moura	17.11.2011	24.02.2013
João Gilberto Jarzynski	14.11.2012	21.11.2012
Klaus Muller Listo	09.01.2012	08.10.2012
Marcel Stock Rego	10.09.2010	07.06.2013
Márcia Pessanha Walter	29.10.2009	20.11.2012

SEÇÃO DE CADASTRAMENTO DE INICIAIS DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	LOTAÇÃO	DATA DA SAÍDA
Rafael Calegari	24.05.2010	25.09.2012

c) Afastamentos de servidores (Fonte – RH – 04.06.2013):

COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Adriana Rizzolli	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	10.09 a 14.09.2012 (5 dias)
		18.10 a 19.10.2012 (2 dias)
		Total: 7 dias
Ana Lúcia Gomes Villanova	LTS- Tratamento de Saúde	16.07 a 18.07.2012 (3 dias)
		22.08 a 23.08.2012 (2 dias)
		04.09.2012 (1 dia)
		25.09 a 28.09.2012 (4 dias)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		05.10 a 19.10.2012 (15 dias) 20.10 a 31.10.2012 (12 dias) 01.11 a 09.11.2012 (9 dias) 12.11.2012 (1 dia) 04.12.2012 (1 dia) 28.01 a 08.02.2013 (12 dias) 01.04 a 19.04.2013 (19 dias) 20.04 a 31.05.2013 (42 dias) Total: 121 dias
Silvania Souza de Camargo	CASA- Casamento	21.01 a 28.01.2013 (8 dias)
	DM - Dispensa Médica	08.10.2012 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	26.09 a 28.09.2012 (3 dias) 09.10 a 11.10.2012 (3 dias) 20.02 a 01.03.2013 (10 dias) 27.05 a 10.06.2013 (15 dias) Total: 40 dias

PROTOCOLO GERAL DO FORO DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Adriano Santos Verardi	DM - Dispensa Médica	11.03.2013 (1 dia)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	DSAN- Doação de sangue	06.02.2013 (1 dia)
	LPF- Doença em pessoa da família	03.07.2012 (1 dia) 17.09.2012 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	03.10 a 04.10.2012 (2 dias) 21.01.2013 (1 dia) Total: 7 dias
Alexandre Luis Carpes Orcy	DM - Dispensa Médica	11.03.2013 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	12.03.2013 (1 dia) 04.04 a 10.04.2013 (7 dias) Total: 9 dias
Andre Ratkiewicz Taffarel	DM - Dispensa Médica	08.04.2013 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	11.03 a 14.03.2013 (4 dias) Total: 5 dias
Beatriz Sanders	LTS- Tratamento de Saúde	28.06.2012 (1 dia) 23.07.2012 (1 dia) 05.09 a 06.09.2012 (2 dias) 17.10.2012 (1 dia) 06.11 a 07.11.2012 (2 dias) 08.11 a 13.11.2012 (6 dias) 10.12 a 11.12.2012 (2 dias) 07.01 a 18.01.2013 (12 dias) 31.01 a 01.02.2013 (2 dias)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		09.05.2013 (1 dia) Total: 30 dias
Cezar Xavier Souto	DM - Dispensa Médica	12.09.2012 (1 dia) 14.12.2012 (1 dia)
	LPF- Doença em pessoa da família	19.09.2012 (1 dia) 31.10.2012 (1 dia) 15.02.2013 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	20.06 a 22.06.2012 (3 dias) 25.06 a 06.07.2012 (12 dias) 30.10.2012 (1 dia) 21.11 a 30.11.2012 (10 dias) 05.12.2012 (1 dia) 17.01.2013 (1 dia) 27.02 a 01.03.2013 (3 dias) 06.03 a 15.03.2013 (10 dias) 08.04.2013 (1 dia) 23.04 a 24.04.2013 (2 dias) 26.04.2013 (1 dia) 15.05.2013 (1 dia) Total: 51 dias
Cristiane Scheinpflug	DM - Dispensa Médica	22.02.2013 (1 dia)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	LTS- Tratamento de Saúde	17.10.2012 (1 dia) 23.10.2012 (1 dia) 28.11.2012 (1 dia) 25.02.2013 (1 dia) 04.03 a 05.03.2013 (2 dias) Total: 7 dias
Cristina Antunes Reichow	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	23.05 a 24.05.2013 (2 dias)
	LPF- Doença em pessoa da família	26.07 a 27.07.2012 (2 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	28.06 a 13.07.2012 (16 dias) Total: 20 dias
Deise Maria de Araújo Leiria	DM - Dispensa Médica	07.12.2012 (1 dia)
	TRE- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	29.10 a 31.10.2012 (3 dias)
	TRE- Trabalho nas eleições	07.10.2012 (1 dia) Total: 5 dias
Eulino Amestrete de Lima	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	10.09 a 14.09.2012 (5 dias)
	CURSOPARCIAL (cursos com período inferior a 6 horas)	06.08 a 08.08.2012 (3 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	25.02 a 27.02.2013 (3 dias) 28.02 a 01.03.2013 (2 dias) Total: 13 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Fernanda de Quadros	DM - Dispensa Médica	03.08.2012 (1 dia) 22.03.2013 (1 dia) 01.04.2013 (1 dia)
	LPF- Doença em pessoa da família	16.05 a 24.05.2013 (9 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	20.06 a 20.07.2012 (31 dias) 28.09 a 17.10.2012 (20 dias) 18.10 a 19.12.2012 (63 dias) Total: 126 dias
Henrique Sampaio Cavalcanti de Albuquerque Tabajara	LTS- Tratamento de Saúde	27.06.2012 (1 dia) 11.04 a 12.04.2013 (2 dias)
	TRE- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	22.11 a 30.11.2012 (9 dias) 13.02 a 15.02.2013 (3 dias)
	TRE- Trabalho nas eleições	12.09.2012 (1 dia) 06.10 a 07.10.2012 (2 dias) Total: 18 dias
Inez Janete Silva Machado	LTS- Tratamento de Saúde	08.03.2013 (1 dia) 06.05 a 09.05.2013 (4 dias) Total: 5 dias
Karina Hartmann Konig	LTS- Tratamento de Saúde	15.10 a 19.10.2012 (5 dias) Total: 5 dias
Karina Viola Matzenbacher	DM - Dispensa Médica	07.05.2013 (1 dia)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	LTS- Tratamento de Saúde	16.06 a 20.06.2012 (5 dias) 10.09.2012 (1 dia) 29.11.2012 (1 dia) 18.02.2013 (1 dia) 01.04.2013 (1 dia) Total: 10 dias
Lucas Bergmann	CASA- Casamento	15.03 a 22.03.2013 (8 dias)
	DM - Dispensa Médica	12.09.2012 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	13.09 a 14.09.2012 (2 dias) 25.03.2013 (1 dia) Total: 12 dias
Márcio Antonio Hornos Steffens	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	30.11.2012 (1 dia) Total: 1 dia
Paulo Roberto Costa da Rosa	DPOC- Dispensa ponto com compensação	06.03.2013 (1 dia)
	DPON- Dispensa do ponto	20.06.2012 (1 dia) 26.04.2013 (1 dia) 29.04 a 30.04.2013 (2 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	27.11 a 28.11.2012 (2 dias) 29.11 a 03.12.2012 (5 dias) 05.12 a 07.12.2012 (3 dias) Total: 15 dias
Paulo Roberto Zanin Fae	LTS- Tratamento de Saúde	12.03 a 15.03.2013 (4 dias)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		Total: 4 dias
Rodrigo Benati Barbosa	DM - Dispensa Médica	08.03.2013 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	05.12 a 06.12.2012 (2 dias) 28.02.2013 (1 dia) 12.03 a 13.03.2013 (2 dias) 07.05 a 08.05.2013 (2 dias) Total: 8 dias
Sérgio Ricardo Rodrigues	DM - Dispensa Médica	01.03.2013 (1 dia) 12.03.2013 (1 dia) 03.04.2013 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	05.09 a 06.09.2012 (2 dias) 07.09 a 14.09.2012 (8 dias) 05.10.2012 (1 dia) 06.11 a 08.11.2012 (3 dias) 12.11.2012 (1 dia) 13.11 a 16.11.2012 (4 dias) 13.03.2013 (1 dia) 18.03 a 21.03.2013 (4 dias) 23.05.2013 (1 dia) 27.05.2013 (1 dia) Total: 29 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

SEÇÃO DE APOIO DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Alexandre Bernardes Cardoso	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	01.10 a 02.10.2012 (2 dias)
	TRE- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	16.07 a 20.07.2012 (5 dias)
	TRE- Trabalho nas eleições	05.09.2012 (1 dia) 06.10 a 07.10.2012 (2 dias) Total: 10 dias

SETOR DE CERTIDÕES DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Carlos David Sanseverino Couto	LTS- Tratamento de Saúde	24.05.2013 (1 dia) Total: 1 dia

SEÇÃO DE CADASTRAMENTO DE INICIAIS DA CDF DE PORTO ALEGRE		
SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO
Adriana Ofélia Souto Guterres de Oliveira	DM - Dispensa Médica	16.07.2012 (1 dia)
		24.10.2012 (1 dia)
	LPF- Doença em pessoa da família	19.09.2012 (1 dia) 19.11.2012 (1 dia)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	LTS- Tratamento de Saúde	15.08.2012 (1 dia) 03.10.2012 (1 dia) 25.10 a 26.10.2012 (2 dias) 25.01 a 29.01.2013 (5 dias) 30.01 a 01.02.2013 (3 dias)
	TRE- Trabalho nas eleições	07.10.2012 (1 dia) Total: 17 dias
Décio Damasceno Ferreira	LTS- Tratamento de Saúde	01.10 a 05.10.2012 (5 dias) 06.10 a 22.10.2012 (17 dias) Total: 22 dias
Flávia da Silveira Guimarães	LG- Gestante	04.02 a 03.06.2013 (120 dias)
	LG- Gestante Prorrogação	04.06 a 02.08.2013 (60 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	22.10 a 05.11.2012 (15 dias) 14.01 a 25.01.2013 (12 dias) 26.01 a 01.02.2013 (7 dias) Total: 214 dias
Maria da Graça Pereira da Silveira	DM - Dispensa Médica	01.02.2013 (1 dia)
	LPF- Doença em pessoa da família	09.10.2012 (1 dia) Total: 2 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Milton Vitorio Piva Pereira	LPF- Doença em pessoa da família	25.06 a 29.06.2012 (5 dias) 02.07 a 03.07.2012 (2 dias) 02.08 a 03.08.2012 (2 dias) 29.08.2012 (1 dia) 05.09 a 06.09.2012 (2 dias)
	LTS- Tratamento de Saúde	22.06.2012 (1 dia) 06.08 a 13.08.2012 (8 dias) 21.01.2013 (1 dia) 29.01 a 30.01.2013 (2 dias) 31.01 a 01.02.2013 (2 dias) 11.03.2013 (1 dia) 12.03.2013 (1 dia) 13.03.2013 (1 dia) Total: 29 dias
Rogério Cardoso Chaves	LTS- Tratamento de Saúde	25.06 a 26.06.2012 (2 dias) 23.01 a 25.01.2013 (3 dias) Total: 5 dias
Traude Nunes Augustin	DM - Dispensa Médica	26.10.2012 (1 dia)
	LTS- Tratamento de Saúde	22.01 a 28.01.2013 (7 dias) 22.05 a 23.05.2013 (2 dias) Total: 10 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Porto Alegre conta atualmente com um quadro de 5 servidores e 3 funções (1 Coordenador, 1 Assistente e 1 Executante).

Informa a Coordenadora que a servidora Ana Lúcia Gomes Villanova encontra-se em licença para tratamento de saúde (até 30.06.2013) e está encaminhando sua aposentadoria. Já a servidora Carla Tondin de Oliveira irá para a informática do Tribunal a partir de 01 de julho de 2013.

No Protocolo Geral estão lotados 22 servidores, havendo 3 funções (1 Assistente-Chefe, 1 Assistente e 1 Executante).

A Seção de Apoio e o Setor de Certidões contam com 1 servidor cada, com funções de Assistente-Chefe de Seção e Assistente-Chefe de Setor.

O quadro de lotação da Seção de Cadastramento de Iniciais conta com 9 servidores e 3 funções (1 Assistente-Chefe e 2 Assistentes).

Por fim, o Setor de Cartas Precatórias conta com uma servidora com função de Assistente-Chefe de Setor.

No período examinado, 6 servidores deixaram o Protocolo Geral do Foro e 1 servidor saiu da Seção de Cadastramento de Iniciais. A saída mais recente ocorreu em 07.06.2013.

Os afastamentos ao trabalho na CDF totalizaram 168 dias, sendo 152 referentes a LTS. Entre os servidores do Protocolo Geral os afastamentos totalizaram 380 dias, 304 deles relativos a licenças para tratamento de saúde (LTS). A Seção de Apoio e o Setor de Certidões registraram poucos dias de afastamento no período examinado (11 dias, no total). Quanto à Seção de Cadastramento de Iniciais, foram 299 dias de afastamentos, 99 deles decorrentes de LTS e 180 de licença gestante (incluindo a prorrogação).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.3. Ações de capacitação (Fonte – RH – em 04.06.2013):

COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS DE PORTO ALEGRE				
SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Adriana Rizzolli	Sim	60	Sim	30
Ana Lúcia Gomes Villanova	Não	0	-	-
Carla Tondin de Oliveira	Sim	8	-	-
Rogério Ramos	Sim	43	Sim	3
Silvania Souza de Camargo	Sim	63	-	-

PROTOCOLO GERAL DO FORO DE PORTO ALEGRE				
SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Adriano Santos Verardi	Sim	100	-	-
Alexandre Luis Carpes Orcy	Sim	83	Sim	3
André Ratkiewicz Taffarel	Sim	28	Sim	3
Beatriz Sanders	Não	0	-	-
Cezar Xavier Souto	Não	0	-	-
Cristiane Scheinpflug	Sim	40	-	-
Cristina Antunes Reichow	Sim	45	-	-
Deise Maria de Araújo Leiria	Sim	110,5	-	-
Eulino Amestrete de Lima	Sim	89	Sim	30
Fernanda de Quadros	Não	0	-	-
Henrique Sampaio Cavalcanti de Albuquerque Tabajara	Sim	152	-	-
Inez Janete Silva Machado	Não	0	-	-
José Miguel Pappen	Não	0	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Karina Hartmann Konig	Sim	40	-	-
Karina Viola Matzenbacher	Sim	1,5	-	-
Lucas Bergmann	Não	0	-	-
Márcio Antonio Hornos Steffens	Sim	7,5	-	-
Paulo Roberto Costa da Rosa	Não	0	-	-
Paulo Roberto Zanin Fae	Não	0	-	-
Rodrigo Benati Barbosa	Sim	68	-	-
Sérgio Ricardo Rodrigues	Não	0	-	-
Valdir Roman	Não	0	-	-

SEÇÃO DE APOIO DA CDF DE PORTO ALEGRE

SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Alexandre Bernardes Cardoso	Sim	52	-	-

SETOR DE CERTIDÕES DA CDF DE PORTO ALEGRE

SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Carlos David Sanseverino Couto	Sim	20	-	-

SEÇÃO DE CADASTRAMENTO DE INICIAIS DA CDF DE PORTO ALEGRE

SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Adriana Ofélia Souto Guterres de Oliveira	Sim	5	Sim	3
Décio Damasceno Ferreira	Não	0	-	-
Flávia da Silveira Guimarães	Sim	240	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Gérson Luiz de Almeida Vieira	Sim	1,5	-	-
Maria da Graça Pereira da Silveira	Não	0	-	-
Milton Vitorio Piva Pereira	Não	0	-	-
Paulo Luiz Cheche	Não	0	-	-
Rogério Cardoso Chaves	Não	0	-	-
Traude Nunes Augustin	Sim	35	-	-

SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS DA CDF DE PORTO ALEGRE				
SERVIDORES	CAPACITAÇÃO	HORAS	PROCESSO ELETRÔNICO	HORAS
Maria Denise Dala Rosa	Sim	13,5	-	-

Meta 15 CNJ/2012 – Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e em gestão estratégica.

Meta 9 CNJ/2013 – Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

Meta 10 CNJ/2013 - Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

Meta 11 CNJ/2013 - Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Dos 39 servidores lotados nos setores que integram a CDF, 16 não realizaram qualquer tipo de ação de capacitação no período examinado (41,02% do total). Os demais participaram de ações e eventos de capacitação, sendo que 7 deles possuem carga horária inferior a 20 horas de capacitação.

Dois servidores realizaram o curso de capacitação em processo judicial eletrônico oferecido pelo Tribunal – Servidores Vara Piloto e Multiplicadores –, possuindo 30 horas de capacitação na área.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se à Coordenadora da unidade que continue orientando e viabilizando aos servidores a participação em eventos, cursos de capacitação (inclusive em relação ao PJe-JT, quando disponível) e atividades que aumentem a motivação do grupo, com o objetivo de alcançar maior produtividade e melhor qualidade no trabalho.

O TRT da 4ª Região iniciou, no final de julho de 2013, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Na primeira fase foram contempladas as Varas do Trabalho de Encantado, Estrela e Lajeado, e o coordenador do programa, o médico Pedro Ivo Siqueira de Belli, acredita que até o final do ano o programa deva atingir 65% das unidades judiciárias, percentual previsto na Meta 9 do CNJ/2013. O percentual também se aplica ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA que, na prática, está ligado ao PCMSO. A execução do projeto está a cargo da empresa CONSETRA, contratada pelo Tribunal via licitação.

Em paralelo ao PCMSO e PPRA, continuará a ser realizada a adequação ergonômica das unidades, visando atender à Meta 10 do CNJ/2013 (Fonte: Portal Gestão Estratégica do TRT4, notícia de 31.07.2013). De acordo com notícia publicada no Portal do TRT4 em 17.09.2013, a Meta 10 do CNJ/2013 foi alcançada em julho deste ano pelo nosso Tribunal.

3. DADOS ESTATÍSTICOS.

3.1. Unificação de dados das reclamadas: (Fonte – inFOR)

<i>ESTATÍSTICA DE UNIFICAÇÃO DE RECLAMADAS</i>					
	Unificadas	%	Não Unificadas	%	Total
Reclamadas	6990	1,79	384200	98,21	391190
Processos com Reclamadas	497628 (Totalmente)	50,70	416583	42,45	981434
	67223 (Parcialmente)	6,85			



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.2. Unificação de endereços de advogados: (Fonte – inFOR)

<i>ESTATÍSTICA DE UNIFICAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS</i>					
	Unificados	%	Não Unificados	%	Total
Endereços	12683	12,83	86133	87,17	98816

3.3. Unificação de órgãos: (Fonte – inFOR)

<i>ESTATÍSTICA DE UNIFICAÇÃO DE ÓRGÃOS</i>					
	Unificados	%	Não Unificados	%	Total
Órgãos	1768	60,65	1147	39,35	2915

3.4. Quantidade de processos recebidos e distribuídos por Vara do Trabalho:

<i>PROCESSOS RECEBIDOS E DISTRIBUÍDOS</i>			
2012		2013 (até 31.05)	
Natureza	1ª a 30ª VT Porto Alegre	Natureza	1ª a 30ª VT Porto Alegre
Ação anulatória	44	Ação anulatória	26
Ação cautelar	181	Ação cautelar	75
Ação civil coletiva	37	Ação civil coletiva	2
Ação civil pública	48	Ação civil pública	31
Ação cobrança contr.sind	62	Ação cobrança contr.sind	57
Ação cobrança honorários	6	Ação cobrança honorários	4
Ação de consignação	895	Ação de consignação	431
Ação de cumprimento	286	Ação de cumprimento	123



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Ação de indenização	566	Ação de indenização	166
Ação declaratória	109	Ação declaratória	45
Ação monitória	1	Ação monitória	2
Ação possessória	9	Ação possessória	4
Carta de ordem	6	Carta de ordem	4
Carta de sentença	195	Carta de sentença	123
Carta precatória	7547	Carta precatória	2780
Embargos de Terceiro	356	Embargos de Terceiro	123
Homologação	21	Homologação	11
Inquérito	5	Inquérito	3
Mandado de segurança	21	Mandado de segurança	5
Outros	14	Outros	13
Protesto	120	Protesto	59
Reclamatória-Ordinário	34603	Reclamatória-Ordinário	15418
Reclamatória-Sumaríssimo	5474	Reclamatória-Sumaríssimo	2438
Restauração de Autos	1	Restauração de Autos	0
TEE Outros	9	TEE Outros	5
TEE ajuste de conduta MPT	14	TEE ajuste de conduta MPT	5
TEE multa da DRT	161	TEE multa da DRT	0
Total	50791	Total	21953
Média Diária	216,13	Média Diária	224,01



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

PROCESSOS RECEBIDOS (AJUIZAMENTOS)							
2012				2013 (até 31.05)			
Unidade	Processos recebidos	Média mensal	Média diária*	Unidade	Processos recebidos	Média mensal	Média diária**
1ª VT	1686	140,5	7,17	1ª VT	797	159,4	8,13
2ª VT	1648	137,33	7,01	2ª VT	727	145,4	7,42
3ª VT	1652	137,67	7,03	3ª VT	733	146,6	7,48
4ª VT	1667	138,92	7,09	4ª VT	731	146,2	7,46
5ª VT	1674	139,5	7,12	5ª VT	730	146	7,45
6ª VT	1656	138	7,05	6ª VT	728	145,6	7,43
7ª VT	1654	137,83	7,04	7ª VT	728	145,6	7,43
8ª VT	1669	139,08	7,1	8ª VT	732	146,4	7,47
9ª VT	1646	137,17	7	9ª VT	729	145,8	7,44
10ª VT	1649	137,42	7,02	10ª VT	729	145,8	7,44
11ª VT	1646	137,17	7	11ª VT	723	144,6	7,38
12ª VT	1649	137,42	7,02	12ª VT	727	145,4	7,42
13ª VT	1647	137,25	7,01	13ª VT	728	145,6	7,43
14ª VT	1652	137,67	7,03	14ª VT	722	144,4	7,37
15ª VT	1650	137,5	7,02	15ª VT	722	144,4	7,37
16ª VT	1644	137	7	16ª VT	717	143,4	7,32
17ª VT	1668	139	7,1	17ª VT	727	145,4	7,42
18ª VT	2471	205,92	10,51	18ª VT	641	128,2	6,54
19ª VT	1649	137,42	7,02	19ª VT	720	144	7,35
20ª VT	1823	151,92	7,76	20ª VT	786	157,2	8,02



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

21ª VT	1645	137,08	7	21ª VT	722	144,4	7,37
22ª VT	1655	137,92	7,04	22ª VT	735	147	7,5
23ª VT	1659	138,25	7,06	23ª VT	725	145	7,4
24ª VT	1637	136,42	6,97	24ª VT	725	145	7,4
25ª VT	1658	138,17	7,06	25ª VT	724	144,8	7,39
26ª VT	1652	137,67	7,03	26ª VT	724	144,8	7,39
27ª VT	1650	137,5	7,02	27ª VT	725	145	7,4
28ª VT	1642	136,83	6,99	28ª VT	723	144,6	7,38
29ª VT	1655	137,92	7,04	29ª VT	720	144	7,35
30ª VT	1838	153,17	7,82	30ª VT	854	170,8	8,71
Total	50791	4232,58	216,13	Total	21954	4390,8	224,02

*235 dias úteis.

**98 dias úteis.

3.5. Protocolo de petições e devolução de processos.

De janeiro a maio de 2013, segundo os dados coletados no inFOR, o protocolo aponta o seguinte:

Unidade	Petições recebidas	Média mensal	Média diária*	Processos devolvidos
1ª VT	4947	989,4	50,48	2338
2ª VT	4330	866	44,18	2179
3ª VT	5166	1033,2	52,71	2502
4ª VT	5124	1024,8	52,29	2700
5ª VT	5034	1006,8	51,37	2671
6ª VT	5388	1077,6	54,98	2717
7ª VT	4606	921,2	47	2055



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

8ª VT	4777	955,4	48,74	2457
9ª VT	5323	1064,6	54,32	2536
10ª VT	4202	840,4	42,88	1977
11ª VT	4454	890,8	45,45	2140
12ª VT	5378	1075,6	54,88	2800
13ª VT	5513	1102,6	56,26	2754
14ª VT	5057	1011,4	51,6	2515
15ª VT	4192	838,4	42,78	1356
16ª VT	5502	1100,4	56,14	2346
17ª VT	4157	831,4	42,42	1927
18ª VT	5387	1077,4	54,97	3809
19ª VT	3998	799,6	40,8	1558
20ª VT	5897	1179,4	60,17	2753
21ª VT	5136	1027,2	52,41	2453
22ª VT	4449	889,8	45,4	2198
23ª VT	5155	1031	52,6	2452
24ª VT	5157	1031,4	52,62	2452
25ª VT	4883	976,6	49,83	2266
26ª VT	4620	924	47,14	1967
27ª VT	5256	1051,2	53,63	2696
28ª VT	5262	1052,4	53,69	2406
29ª VT	5020	1004	51,22	2133
30ª VT	6244	1248,8	63,71	3101
Total	149614	29922,8	1526,67	72214



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

*98 dias úteis.

3.6. Emolumentos.

2012 – em reais (R\$)	
MÊS	VALOR RECOLHIDO
Junho	12.315,31
Julho	13.222,23
Agosto	13.841,59
Setembro	11.220,37
Outubro	12.785,36
Novembro	11.778,90
Dezembro	7.233,24
TOTAL	82.397,00
<i>Média mensal</i>	<i>11.771,00</i>
Certidões expedidas	-
Emolumentos dispensados	16,59

2013 – em reais (R\$)	
MÊS	VALOR RECOLHIDO
Janeiro	11.812,08
Fevereiro	9.251,69
Março	9.627,73
Abril	13.963,25
Maiο	12.282,13
Junho (Até 10.06.2013)	3.378,83



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	60.315,71
<i>Média mensal</i>	<i>10.052,61</i>
Certidões expedidas (até 10.06.2013)	10.705
Emolumentos dispensados	-

4. ROTINAS.

4.1. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos.

Conforme notícia veiculada no sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, foi inaugurado na manhã do dia 18.03.2013 o **Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho - PAI-JT** (instituído pelo Provimento Conjunto nº 02, de 18.02.2013, da Presidência e da Corregedoria deste TRT, alterado pelo Provimento Conjunto nº 04, de 27.05.2013), que passou a funcionar no “Espaço Judiciário” localizado no segundo andar do Shopping Praia de Belas. O serviço oferecido tem como objetivo diminuir o movimento no protocolo do Foro Trabalhista, contribuindo para a melhoria do atendimento e a facilitação do trabalho dos advogados, já que o espaço permitirá o protocolo de petições dirigidas tanto à Justiça Estadual quanto à Trabalhista.

Segundo notícia também veiculada no sítio do TRT da 4ª Região no dia 07.06.2013, a criação das Centrais de Atendimento faz parte do projeto do Plano Estratégico do Tribunal denominado “Atendimento do Público”, que visa aprimorar o atendimento prestado ao usuário. O projeto piloto das Centrais de Atendimento será realizado na CDF de Porto Alegre. As centrais serão formadas por servidores que auxiliarão os usuários na solução de dúvidas sobre o Processo Judicial Eletrônico e em outras demandas, visando reduzir a amplitude de atendimento nos balcões das Varas do Trabalho.

A Coordenadora de Distribuição dos Feitos de Porto Alegre informa que a ideia da Central de Atendimento é a de fazer um trabalho mais amplo, com maior ênfase no atendimento ao usuário, prestando uma orientação completa que resolva o problema. Relata que atualmente a Central de Atendimento já está instalada, ainda que informalmente, sendo o atendimento prestado pela



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Coordenadora da CDF e pelos servidores Marcelo Lopes de Lopes, atualmente lotado na Direção do Foro, Rogério Ramos, lotado na CDF, e Alexandre Bernardes Cardoso, Assistente-Chefe da Seção de Apoio da CDF e substituto da Coordenadora.

Relata que está sendo prestado atendimento aos advogados, orientando-os em relação ao PJe-JT e procurando resolver eventuais problemas com o novo sistema, seja com o envio de petições, cadastro, validação, entre outros. O atendimento é realizado de forma presencial e via contato telefônico. Quando a Central não consegue efetuar o atendimento, um chamado é aberto e a solicitação é encaminhada para a informática do Tribunal.

Considera a Coordenadora da CDF que após a implantação do PJe-JT haverá maior dificuldade para o atendimento em relação aos processos físicos, já que as informações desses processos estarão disponíveis apenas no INFOR, pois não terá acesso aos autos dos processos que estarão tramitando em cada uma das trinta unidades da Capital. Apenas com o decurso do tempo poderá ser acessado um maior número de processos à medida que forem sendo arquivados. Entende a Coordenadora que o problema de atendimento das varas será solucionado em parte.

Informa ainda a Coordenadora que está com dois ramais para o atendimento ao PJe-JT, além dos outros três ramais em que já é realizado o atendimento em relação aos processos físicos. Acrescenta que a grande maioria dos atendimentos estão sendo realizados por telefone. Inclusive a Coordenadora já solicitou fones de ouvidos para facilitar o atendimento prestado pelos servidores. Aduz que provavelmente no futuro o atendimento será em relação aos processos eletrônicos, considerando que para prestar atendimento em relação aos processos físicos teria dificuldades contando apenas com os dados lançados no INFOR.

Refere que ainda não se sabe o que fazer em relação ao PJe-JT para pesquisar todos os processos existentes, por exemplo, contra uma determinada empresa. Isso será um problema pois há necessidade de expedir inúmeras



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

certidões de feitos, em número superior a 100 certidões por dia. Informa a Coordenadora que só neste ano já foram emitidas mais de 10.700 certidões.

Em relação às petições iniciais, informa que o sistema do PJe-JT continuará realizando o sorteio dos ajuizamentos de forma aleatória, como atualmente é feito pelo INFOR, a não ser que ocorra dependência para determinada Vara. Em Porto Alegre, o sistema do PJe-JT deverá ser adequado à situação de existirem duas varas especializadas (18ª e 30ª Varas). Informa que ainda está em estudo a questão da especialização destas duas varas. Observa que quando a petição inicial não estiver adequada às matérias tratadas nas varas especializadas, o processo deverá ser extinto para que o advogado ingresse com outra ação. Aduz que tal extinção acarretará um número falso de ajuizamentos.

A Coordenadora afirma que se tem notícia de ajuizamentos de ações fora do formato eletrônico em cidades próximas àquelas nas quais as varas já estão trabalhando com o PJe-JT. Nesses casos a orientação que se dá é de extinção do processo, a fim de que o advogado ajuíze a demanda no formato eletrônico, na Vara onde instalado o PJe-JT.

Refere que mesmo após a instalação do PJe-JT continuarão a receber e terão que distribuir os processos originários da Justiça Estadual e da Justiça Federal, os quais deverão ser digitalizados e, após, inseridos no PJe-JT. Ficará a encargo da CDF a distribuição destes processos.

Ainda segundo a Coordenadora, está previsto o número de 16 servidores para a Central de Atendimento. Serão mantidos, em princípio, os servidores do Protocolo, transformando-se a CDF, a Seção de Cadastramento de Iniciais e a Seção de Apoio na futura Central de Atendimento. Em relação aos setores de Cartas Precatórias e de Certidões, estes deverão ser absorvidos pela mesma Central e mantidos pelo menos por algum tempo enquanto estiverem tramitando processos físicos. O Protocolo Geral do Foro provavelmente será mantido enquanto tiver processo físico.

A CDF, que conta atualmente com 5 servidores (incluindo a Coordenadora), terá sua lotação reduzida para 3 servidores, considerando que a saída das



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

servidoras Ana Lúcia Gomes Villanova (aposentadoria) e Carla Tondin de Oliveira, (informática do TRT, a partir de 1º de julho).

A Coordenadora ainda não notou diferença em relação à eventual redução dos ajuizamentos de ações que versem sobre complementação de aposentadoria, considerando a recente decisão do STF que declarou a incompetência da Justiça do Trabalho para o julgamento dessas ações, apenas modulando os efeitos da decisão para definir que permanecerão na Justiça do Trabalho os processos que já tivessem sentença de mérito à época do julgamento no Plenário.

Estima a Coordenadora que em um primeiro momento deverá ser aumentado o recebimento de iniciais em meio físico, antes da instalação do PJe-JT, evitando justamente o processo eletrônico e os problemas decorrentes da sua implantação. Entende que também aumentará o atendimento aos usuários do PJe-JT, principalmente no início do mês de outubro, considerando a implantação em Porto Alegre, prevista para ocorrer no final do mês de setembro (**23.09.2013**).

Segundo informações da Coordenadora da CDF, atualmente um terço das varas não disponibiliza os dias de pauta para a Distribuição, deixando para marcar após a distribuição. Houve no ano passado muitas alterações de Juízes Titulares e de Diretores de Secretarias das Varas do Trabalho. Antigamente apenas duas varas não disponibilizavam e atualmente praticamente um terço não disponibiliza as datas. A CDF não entra mais em contato com as varas que já avisaram que não estão disponibilizando datas para as audiências iniciais. Apenas entram contato com as varas que normalmente inserem as datas no sistema.

A Coordenadora reitera as dificuldades na utilização do sistema de Pré-Cadastro de Petições Iniciais, relatadas por ocasião da última correição. Os problemas decorrem dos equívocos nas informações inseridas pelos advogados. Relata que é quase sempre necessário corrigir os dados remetidos via e-Doc. Quando se trata de petição em meio físico, uma vez encontrado erro no registro de dados, solicita-se ao advogado que proceda à correção das informações. No



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

entanto, como nem todos os advogados concordam em assim proceder, em muitos casos a CDF providencia a correção das informações.

A Coordenadora adverte que a inserção de elementos incorretos no sistema, por parte dos advogados, deve trazer desafios quando da implementação do processo eletrônico no âmbito deste Tribunal. Pondera, também, que a precisão dos dados armazenados no sistema adquire especial importância na hipótese de emissão de certidões, uma vez que enseja, por exemplo, a distinção de pessoas físicas homônimas através do número de CPF. Relata que quando há dúvidas entra em contato com o arquivo central, para verificar o processo, ou para a própria vara, com a finalidade de excluir o nome da pessoa daquela certidão – normalmente reclamado pessoa física ou reclamado firma individual, a fim de não constar o nome da pessoa na certidão. Tal situação se verifica quando fornecida a certidão positivada e a pessoa diz não se tratar dela. Não há maiores dados com número de documento no sistema. Verifica então no processo e certifica que não existe nenhuma ação contra determinada pessoa (identificando o número do CPF constante dos autos). A Coordenadora informa que há uma certificação quando há divergência de dados.

Aduz que o PJe-JT disponibiliza uma relação dos processos vinculados a determinado CNPJ, porém no processo eletrônico não é obrigatória a inserção da informação no cadastramento da petição inicial.

Relata que cada reclamada unificada pode afetar um número grande de processos. No caso da CDF de Porto Alegre consta que 6.990 reclamadas afetaram 497.628 processos totalmente e 67.223 parcialmente. Procura atacar as maiores reclamadas, aquelas que afetam um maior número de processos.

A Coordenadora faz referência ao fato de que muitos juízes procedem à verificação de dados na audiência, momento em que solicitam às partes informações para fins de unificação. O procedimento prioriza a unificação de reclamadas que possuem maior número de processos em trâmite.

Adicionalmente, sempre que há notícia de alteração dos dados das partes, realiza-se a reunificação, através de contato com o advogado ou com a reclamada



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

para confirmação das informações. Cada reclamada possui uma pasta no modo papel em que se descreve o histórico de alterações na unificação de dados.

A Vice-Corregedora opina no sentido de que todo o trabalho de unificação, mesmo com a vinda do PJe-JT, não deve ser perdido (unificação de reclamadas, de órgãos e de advogados). Os juízes têm possibilidade de solicitar informações à Central de Atendimento a fim de corrigir os dados constantes dos processos, quando necessário.

Ainda quanto às informações das partes, sinala a Coordenadora que é feita pesquisa prévia quando do ajuizamento de ações, a fim de identificar eventual repetição de ações. Verifica-se se não tem um arquivamento num período de 6 meses. Caso tenha, manda diretamente para aquela vara que tramitou anteriormente, a fim de evitar que se escolha outra vara que não seja aquela que tramitou o primeiro processo. Acredita que no PJe-JT deverá ter um cruzamento de dados a fim de verificar se já houve uma reclamatória anteriormente ajuizada.

Em relação a reclamatórias verbais, a Coordenadora narrara, por ocasião da última correição, que a CDF recebia, em média, uma reclamatória por semana. Atualmente informa que o número reduziu bastante recebendo, em média, duas por mês. A averbação continua sendo realizada por ela e seu substituto, Alexandre. Em alguns casos, embora o trabalhador contate a CDF, observa-se que não está apto a descrever os pedidos, entre outras informações. Nessa situação, sugere-se ao trabalhador verificar a possibilidade de obter assistência jurídica por parte do sindicato da categoria a qual pertença.

Informa a Coordenadora que o PJe-JT possui um módulo de reclamatória verbal, porém requer certificação digital do reclamante. Informa que deverá haver orientação para que o reclamante procure o sindicato da categoria.

São recebidas, ainda, em número considerável, diretamente da parte, petições escritas, sem a assinatura de advogado, e para as quais se solicita que a parte faça o Pré-Cad. O quiosque de inclusão digital, localizado na recepção, conta atualmente com 5 computadores e serve para facilitar essa tarefa. A CDF



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

elaborou um manual de instruções para o pré-cadastramento, disponível aos usuários, mas continua prestando as informações que forem necessárias.

A CDF situa-se na galeria do Foro. A central de atendimento permanecerá onde está atualmente localizada a CDF.

O servidor Eulio, que chefia o protocolo, também chefia o posto de atendimento integrado.

A respeito da emissão de certidões de efeitos trabalhistas, sinala que a solicitação é realizada através de requerimento disponibilizado no site do TRT4, que deve ser preenchido pelo interessado e apresentado à CDF juntamente com a Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial, que pode ser gerada no próprio site do Tribunal) paga.

Adicionalmente, recomenda a disponibilização de infraestrutura que permita o preenchimento e a impressão da GRU nos terminais de autoatendimento do Foro, a fim de conferir celeridade ao procedimento de solicitação.

A Coordenadora entende que a Central terá condições de emitir a GRU quando implementado o processo eletrônico, assim como as demais guias emitidas pelas secretarias das varas, tais como consignação em pagamento, depósito recursal, entre outras.

Faz menção à prática de solicitar documentos comprobatórios de legitimidade, como autorização ou procuração, dependendo da motivação do interessado para solicitar a emissão da certidão. Na hipótese de indeferimento da solicitação, por falta de legitimidade ou pertinência, encaminha-se o assunto à Direção do Foro. Quando a certidão tem como finalidade a efetivação de transação imobiliária, não se demanda a apresentação de tais documentos. Os procedimentos seguem o quanto exposto nos ofícios 158/2002, emitido pela Presidência do TST em 26.09.2002, e 1170/2002, emitido pela Corregedoria do TRT4 em 26.10.2002, que determinam a emissão de certidões de feitos trabalhistas exclusivamente mediante expressa indicação, pelo requerente, da finalidade para a qual se destina o documento.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Registre-se que a inauguração da Central de Atendimento e a implantação do sistema PJe-JT no Foro de Porto Alegre ocorreu no dia 23 de setembro de 2013.

A Ordem de Serviço n° 01/2013, de 23.09.2013, da Direção do Foro de Porto Alegre, estabelece diretrizes para os servidores da Central de Atendimento do Foro de Porto Alegre, considerando a implantação do sistema PJe-JT neste Foro em 23.09.2013.

4.2. Setor de Controle – Direção do Foro.

Enio José Rockenbach Júnior é Assistente-Chefe do setor de controle do Foro de Porto Alegre, vinculado à Direção do Foro. Há 17 anos presta assessoria à Direção do Foro, em todos os assuntos a ela relacionados. Também é gerente do projeto “Atendimento ao Público”, mencionado no subitem precedente.

Relata que o grupo de trabalho do projeto visa apresentar soluções na transição para o PJe-JT, buscando a excelência no atendimento. Mas ainda existirão processos remanescentes vindos da Justiça Comum e Justiça Federal.

Refere que em São Paulo há um atendimento semelhante ao “tudo fácil”, ou seja, de proporcionar uma orientação mais especializada aos usuários, especialmente às partes, e também aos advogados. Lá são prestadas todas as orientações legais e outras informações relativas à relação laboral, orientação quanto à procura de outros órgãos como os sindicatos, o Ministério do Trabalho.

O projeto objetiva também o treinamento do advogado, procedimento para se adaptar ao PJe-JT, instalação do programa no computador (preparar o computador para o processo eletrônico), a certificação digital. Nesse sentido, está sendo distribuída uma pasta aos advogados contendo um manual e demais informações com toda orientação para acessar o PJe-JT.

O objetivo do trabalho é aprimorar e padronizar o atendimento ao usuário. A ideia é que ninguém saia sem uma resposta. O projeto envolve tanto a central de atendimento quanto o próprio atendimento nas varas, uniformizando procedimentos, a exemplo da carga de processos, que apresenta exigências



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

diferentes em cada unidade. Existe um cronograma de todo o projeto com etapas e prazos.

O servidor Enio está participando do grupo de Gestão Estratégica com projeto de atendimento ao público. A patrocinadora é a Juíza Diretora do Foro, Dra. Maria Silvana Rotta Tedesco, sendo a equipe formada também pelos servidores Arlene da Silva Barcellos, Daniella Antanavicios Fernandes Souza, Marguit Renate Schneider e Paula Godmaier.

Até a data da implantação do PJe-JT nas varas de Porto Alegre devem estar concluídas as atividades do cronograma que iniciou em maio e vai até o mês de setembro, que visa melhorar o atendimento ao público e padronização desse atendimento.

4.3. Protocolo Geral.

O servidor Eulino Amestreste de Lima é Assistente-Chefe do Protocolo Geral de Porto Alegre, estando lotado na unidade desde 16.06.2008.

Refere que foi extinto o serviço de Protocolo *Drive-thru*, através do qual eram entregues petições ou processos por advogados dentro dos seus próprios veículos, no prédio das Varas da Capital. Tal extinção ocorreu em virtude da realização de uma obra no prédio, desde 09.04.2012, que acabou inviabilizando o projeto. Na correição anterior o projeto já estava paralisado em face das obras e após não foi reativado. No entanto, conforme referido no subitem precedente, foi instituído o Posto de Atendimento Integrado (PAI-JT), que funciona nas dependências do Shopping Praia de Belas, sendo recebidos autos de processos limitados a 5 volumes e também petições, que já era, na realidade, o serviço prestado pelo drive-thru. Mas houve alteração no atendimento, sendo possível também receber processos em carga do TRT.

Quanto às rotinas de atendimento ao público, o Coordenador relata que o maior movimento ocorre no balcão, situado no térreo, onde ocorre o recebimento de petições. No entanto, desde 05.11.2012 as petições por e-Doc e VIPE (Visualizador de Petições Eletrônicas) são recebidas pelas próprias Varas do



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Trabalho. Considera que a diminuição das atividades tornou mais compatível com o número de servidores do Protocolo Geral.

O atendimento continua sendo realizado por 24 servidores (atualmente o quadro conta com 22 servidores, já que as duas vagas ainda não foram incluídas no concurso de remoção), incluindo o Assistente-Chefe, que se dividem em três grupos: um grupo que atua precipuamente no balcão de atendimento ao público, embora realize também o lançamento de petições recebidas com autos; outro que lança as petições recebidas de forma avulsa; e um terceiro grupo que faz serviços de portaria, como o recebimento e endereçamento de correspondências para as Varas, processos que retornam do Tribunal e malotes. Além disso, dois servidores prestam atendimento no Posto de Atendimento Integrado (José Miguel Pappen e Sérgio Ricardo Rodrigues).

No prédio do Foro tem 7 servidores atendendo o balcão: Cezar Souto, Inez Janete Machado, Cristiane Scheinpflug, Alexandre Carpes Orcy, Rodrigo Barbosa, Lucas Bergmann e Adriano Santos Verardi, sendo que dois com horários distintos, Sérgio e Inez, mas coincidentes em parte.

Reitera que somente recebe petições e devolução de autos em carga. As petições iniciais são entregues na própria CDF na distribuição.

Refere que são lançadas, em média, cerca de 500 petições recebidas de forma avulsa, por dia.

Cinco servidores atuam nos grupos de lançamentos de petições: André Taffarel, Beatriz Sanders, Márcio Steffens, Karina Matzenbacher, Karina König.

Os serviços de portaria ficam a cargo de Deise Maria Leiria, Paulo Roberto Fae, Valdir Roman, Paulo Roberto da Rosa, Henrique Tabajara e Fernanda de Quadros. Recebem as correspondências por malote, vindas do Tribunal, além das correspondências dos correios, sendo responsáveis pelo encaminhamento às Varas.

De janeiro a maio de 2012, conforme constou do relatório anterior, foram recebidas 209.930 petições, ao passo que no período que vai de janeiro a maio de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2013 foram recebidas 149.614 petições, importando em uma redução de 60.316 petições. O Assistente-Chefe atribui tal redução à saída do e-Doc e do VIPE.

Informa também que de janeiro a maio de 2012 foram devolvidos 77.340 processos, ao passo que de janeiro a maio de 2013 foram devolvidos 72.340 processos, implicando em uma redução de 5.000 processos.

Após o lançamento no sistema, petições e processos são reunidos por Vara e aguardam retirada, que é feita, atualmente, por trabalhadores terceirizados. Atualmente o protocolo emite a listagem para encaminhar os processos e petições, porém os servidores do protocolo não fazem uma conferência item por item, porque não há pessoal suficiente para fazer isso.

Relata o Assistente-Chefe que no último período teve muitos problemas com afastamentos de servidores por motivo de licenças. Relata que o atendimento ao balcão é cansativo, pois tem muito trabalho físico. Considera que faz muita falta os dois últimos servidores que saíram – um deles no final de 2012 e o outro recentemente –, pois poderia haver um revezamento no atendimento do balcão, com serviços de retaguarda.

4.4. Seção de Cadastramento de Iniciais.

O servidor Décio Damasceno Ferreira é Assistente-Chefe da Seção, estando lotado na unidade desde 08.10.1999.

A distribuição cadastra todas as petições iniciais protocoladas no balcão. As petições iniciais enviadas por meio eletrônico (e-Doc e VIPE) são distribuídas pela Coordenadora, na CDF. Seria uma atribuição da seção de cadastramento de iniciais, porém a Coordenadora auxilia, considerando que estas petições ingressam na caixa de correio da Coordenadora.

Constatou um aumento no número de ajuizamentos, em média de 230 por dia, incluindo precatórias. No ano de 2012 a média foi de 220.

O prazo para apresentação da petição após o pré-cadastramento é, inicialmente, de 15 dias, podendo ser prorrogado. Quando do recebimento da



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

petição inicial, realiza-se exame para conferência dos dados informados pelo advogado.

As petições iniciais enviadas por e-Doc são recebidas pela Coordenadora, que auxilia na impressão das petições e autuação dos processos.

O sistema VIPE, disponibilizado pelo TRT e oferecido gratuitamente aos advogados, dispensa o pré-cadastramento.

A divisão do trabalho continua sendo feita de forma equânime, através de caixas individuais para distribuição de iniciais.

Após a checagem dos dados, o sistema faz a distribuição e a marcação de pauta. Em seguida, o sistema inFOR importa as informações do Pré-Cad. Em processos de rito sumaríssimo, as audiências são agendadas pela Secretaria da Vara. As ações de cobrança de contribuição assistencial são distribuídas como ações de cumprimento, classificação diferente da ação de cobrança de contribuição sindical.

O Assistente-Chefe refere que sempre resta saldo de montagem de processos para o dia seguinte. Quanto à numeração das páginas, apenas o primeiro volume é numerado, cabendo à Secretaria proceder à numeração dos demais volumes. Segundo ele, a entrega de itens é realizada com a impressão de listagem para conferência de conteúdo. Em relação ao atendimento do balcão, sinala que há escala de organização dos servidores e que todos atuam, ainda, na distribuição e autuação de iniciais, à exceção da servidora Maria Denise Dalarosa, responsável pela distribuição e atuação de Cartas Precatórias.

Registra-se um total de 21.954 reclamatórias trabalhistas e cartas precatórias ajuizadas entre janeiro e maio de 2013. São 1.999 processos a mais do que no mesmo período do ano passado, de janeiro a maio de 2012, quando se registrou um total de 20.755 processos ajuizados. Ou seja, uma média de 239 processos a mais recebidos por mês.

Ressalta-se que as reclamatórias trabalhistas tendo fundação pública como única reclamada ou reclamada principal passaram para a competência da 18ª



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho de Porto Alegre, conforme regras e exceções estabelecidas pela Resolução Administrativa n. 16/2012 do TRT da 4ª Região, de 14.12.2012.

4.5. Setor de Cartas Precatórias

A Assistente-Chefe do Setor, Maria Denise Dala Rosa, relata que são recebidas, em média, 40 cartas precatórias por dia. O recebimento pode ocorrer de três formas: correio, malote digital ou e-mail. Os tipos de carta mais frequentes são as citatórias e executórias.

Após o recebimento, lançam-se os dados no sistema, procede-se à distribuição da carta e, após, a sua autuação. O procedimento exige muita digitação. Nas ausências da Assistente-Chefe o servidor Gérson Luiz, da Seção de Cadastramento de Iniciais, a substitui. Segundo ela, é necessário conscientizar os advogados acerca da importância do uso correto do Pré-Cad, evitando erros nas informações inseridas na ferramenta, como, por exemplo, a troca de ordem das reclamadas. Alguns profissionais alegam desconhecer a exigência do pré-cadastramento.

A partir de janeiro de 2013, por força da RA 16/2012 do TRT4, as únicas CP's enviadas para a 18ª VT de Porto Alegre são as relativas às de execução fiscal (art. 4º, inciso II da referida Resolução). Anteriormente recebia de 180 a 200 cartas precatórias mensalmente. Neste ano, de janeiro até o dia 10 de junho, recebeu apenas 21 CP's.

5. RECOMENDAÇÕES.

A partir do verificado do exame dos dados coletados nesta inspeção e dos processos selecionados por amostragem, recomenda-se:

- a) a manutenção da atualização dos registros eletrônicos, de forma a possibilitar a correta informação a respeito do andamento processual;
- b) a manutenção da conferência quanto à correção dos assuntos cadastrados nos processos;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.

Conforme notícia veiculada na intranet do Tribunal em 19.03.2013, diversas obras no Foro Trabalhista de Porto Alegre terão início nos próximos meses, dando continuidade às obras iniciadas em 2012. Dentre as melhorias, que seguirão até 2014, está a ampliação do espaço das secretarias das Varas do Trabalho localizadas no prédio 2, o isolamento acústico das salas de sessões do prédio 1, voltadas para a Av. Praia de Belas, e a troca dos aparelhos de ar condicionado de parede dos prédios 1 e 2 por condicionadores de ar do tipo split, com tecnologia VRF. Outras alterações estão previstas. O espaço térreo do prédio 2, onde antes estava instalada a SEMPRO, será ocupado pela Seção de Cadastramento de Bens (carga e descarga e oficina para montagem e desmontagem de mobiliário) e pelo Serviço Terceirizado. A Central de Mandados (hoje no 6º andar do prédio 1) será deslocada para a galeria do prédio 2, antes ocupada pela SETIC, dando espaço à Coordenadoria de Precatórios. Durante essas alterações será realizado estudo para instalação de vestiários para os servidores e magistrados do Foro que utilizam bicicletas. As reformas ainda prevêem, entre o segundo semestre de 2013 e o ano de 2014, a mudança de local do restaurante (hoje no 7º andar do prédio 1) e a elaboração de projeto de reorganização espacial da área hoje destinada ao protocolo (térreo do prédio 1), visando a implantação do PJe-JT.

Em fevereiro desse ano foi concluída uma grande reforma no Foro, que abrangeu a construção de muros laterais no terreno, reparo do muro do estacionamento elevado entre os prédios 2 e 3, pintura dos estacionamentos e espaços internos dos prédios 1 e 2 e recompactação e troca de pavimento nas áreas de circulação de veículos entre os prédios 1 e 2. Encontra-se em andamento, com previsão de entrega em abril, a nova portaria da Escola Judicial, que terá acesso pela Rua Baronesa do Gravataí, que passa pelos fundos do terreno, paralela à Av. Praia de Belas.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Central de Atendimento foi inaugurada no dia 23 de setembro de 2013, juntamente com a implantação do sistema PJe-JT no Foro de Porto Alegre.

7. SUGESTÕES E/OU RECLAMAÇÕES.

De acordo com o disposto no Edital de Inspeção Correcional, a Desembargadora Vice-Corregedora colocou-se à disposição para atendimento das partes, advogados e demais interessados, no dia 11.06.2013, das 10h às 12h, não comparecendo nenhum interessado.

8. DETERMINAÇÕES DA ATA ANTERIOR.

Algumas das determinações contidas na ata de inspeção correcional anterior estão sendo reiteradas neste relatório, o que deve ser integralmente observado pelos servidores da Coordenadoria, de forma a ajustarem os procedimentos ao disposto na legislação pertinente e na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

9. RECOMENDAÇÕES FINAIS.

A Coordenadora deverá dar imediata ciência a todos os servidores da unidade a respeito dos provimentos e das determinações expedidas pela Corregedoria Regional, em especial ao contido neste relatório, abrindo-se o prazo de 60 dias para que apresente manifestação a respeito das observações lançadas neste relatório.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

10. ELOGIOS E ENCERRAMENTO.

A Vice-Corregedora Regional e o Assessor da Vice-Corregedoria agradecem a todos os servidores pela presteza no atendimento das solicitações e a forma gentil pela qual foram recebidos.

A inspeção correcional foi encerrada no dia 11.06.2013, após encontro da Vice-Corregedora com a Coordenadora, Sra. Adriana Rizzolli, sendo que o relatório será posteriormente encaminhado à unidade, para ciência e providências cabíveis.

Des.ª Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo
Vice-Corregedora